

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Moraes dá ultimato à PMDF

Ministro do STF fixa prazo de 24 horas para que a corporação forneça documentos sobre o 8 de janeiro, "sob pena de desobediência"

» RENATO SOUZA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de 24 horas para que o comando da Polícia Militar do Distrito Federal envie documentos relativos a registros de ações da corporação em 8 de janeiro de 2023, quando extremistas bolsonaristas atacaram as sedes dos Três Poderes.

A decisão foi tomada na terça-feira, mas o prazo ainda não se esgotou, porque passa a contar apenas quando a notificação é recebida pelo destinatário.

No processo, consta que a PMDF enviou documentos em 26 de setembro. Porém, estariam faltando outros registros importantes para a investigação. A Procuradoria-Geral da República (PGR) informou, na ação, que a corporação está descumprindo, desde o ano passado, decisões que determinam o envio de materiais solicitados pela Corte.

Moraes afirma, no documento desta terça-feira, que, se a determinação não for cumprida, o atual comandante está "sob pena de desobediência" da ação judicial, que pode resultar, inclusive, em prisão, a depender do entendimento do magistrado.

"Considerando o atendimento parcial da decisão por mim proferida em 4/5/2023, conforme acima relatado, reitere-se o ofício expedido ao atual Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, requisitando, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de desobediência, o fornecimento das cópias dos

Ed Alves/CB/D.A Press.



Ministro quer documentos sobre ações da corporação no 8/1, quando extremistas bolsonaristas atacaram as sedes dos Três Poderes

documentos faltantes", descreve o Moraes na decisão.

O **Correio** apurou, com fontes ligadas ao caso, que as documentações solicitadas se referem, principalmente, à 1ª Companhia de Policiamento Regional e ao 6º Batalhão de Polícia Militar, o chamado "Batalhão da Esplanada". São ofícios, ordens de serviço e relatórios circunstanciados. Moraes quer saber qual era o papel dos oficiais que estavam nessas unidades ou responsáveis por elas no dia dos ataques.

A suspeita dos investigadores é de que existe em curso um planejamento para tentar livrar a cúpula da PMDF das responsabilidades sobre os atos de 8 de janeiro.

Os investigadores acreditam que o atual comando pode estar atuando para dificultar a produção de provas de oficiais que são ligados a quem está na cúpula da corporação no momento. Procurada, a PMDF informou que "vai cumprir a decisão assim que for notificada".



Reitere-se o ofício expedido ao atual Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, requisitando, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de desobediência, o fornecimento das cópias dos documentos faltantes"

Trecho da decisão de Moraes

JUDICIÁRIO

Aloysio da Veiga assume TST

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Aloysio Corrêa da Veiga tomou posse, ontem, como o novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Na mesma cerimônia, Maurício Godinho Delgado assumiu como vice-presidente, e Vieira de Mello Filho, como corregedor-geral da Justiça do Trabalho.

Aloysio Corrêa da Veiga substituirá o ministro Lelio Bentes. Em seu discurso, ele defendeu a atuação da Justiça do Trabalho na mediação dos conflitos surgidos das relações trabalhistas, como prevê a Carta Magna. "A competência da Justiça do Trabalho é tema que precisa ser reafirmado, a cada dia, em cada momento, para não deitar ao vazio o comando contido na Constituição Federal", disse.

Segundo o magistrado, é preciso se adequar à realidade atual. "Hoje, a maior empresa de transporte urbano não tem um veículo sequer. É mais um algoritmo. A prestação de serviço nestas novas modalidades, decorrentes dos avanços tecnológicos, necessita de regulamentação, notadamente no que toca à Previdência Social, ao seguro de acidentes e outros temas interligados. O que fazer diante da lacuna da lei se não atrair a atuação do Poder Judicial na pacificação social?", ressaltou.

Os novos dirigentes do tribunal foram eleitos por unanimidade em sessão do pleno em 12 de agosto.

Estavam presentes à mesa de honra os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso; do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Cármen Lúcia; do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Herman Benjamin; e do Superior Tribunal Militar (STM), Joseli Parente Camelo, além do procurador-geral da República, Paulo Gonet.

O último ano foi marcado por divergências entre a Justiça do Trabalho e o STF sobre terceirização e a chamada "pejotização". A situação levou a Suprema Corte

Secom/TST



Aloysio Corrêa da Veiga foi eleito para o biênio 2024-2026

Novos integrantes

Aloysio Corrêa da Veiga — presidente do TST

Ingressou na magistratura em 1981 no Rio de Janeiro. Em 1997, tornou-se desembargador do TRT-1. Em 2004, tomou posse como ministro do TST. Foi corregedor-geral da Justiça do Trabalho no biênio 2020/2022 e vice-presidente na atual gestão. Nesse último cargo, deixou como legado o Painel Estatístico dos Acordos de Cooperação Técnica realizados pela Corte. Também foi professor e membro de academias jurídicas.

Maurício José Godinho Delgado — vice-presidente

É ministro do TST desde 2007. Graduado em direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), é mestre em ciência política e doutor em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi desembargador do TRT-3.

Luiz Philippe Vieira de Mello Filho — corregedor

Nasceu em Belo Horizonte e formou-se em direito pela UFMG, em 1985. Dois anos depois, tornou-se juiz do trabalho substituto no TRT-3. Em 2006, foi nomeado ministro do TST.

a cassar diversas decisões de juízes trabalhistas que haviam reconhecido vínculo empregatício.

Na solenidade de posse, Lelio Bentes Corrêa destacou que a eleição interna no TST para escolha da nova gestão foi unânime, "por aclamação, fato inédito e sem precedentes nos 80 anos da Justiça do Trabalho", e que isso sinaliza a "coesão e unidade dos integrantes do TST em torno do ideal de bem servir a sociedade brasileira".

Segundo Bentes, os últimos dois anos foram um "período enriquecedor e desafiador, durante o qual tivemos oportunidade de consolidar o papel da Justiça do Trabalho para a cidadania".

"A Justiça do Trabalho contará com a diligente liderança de magistrados que evidenciaram o absoluto comprometimento com os valores republicanos da dignidade, da democracia e da justiça social."

DENGUE. A HORA DE PREVENIR É AGORA.

AS CHUVAS NÃO PODEM TRAZER A DENGUE DE VOLTA.

Coloque areia nos vasos de plantas.

Esvazie garrafas e guarde-as de cabeça para baixo.

Retire o entulho do quintal.

Descarte o lixo em local apropriado.

Ligue 199 e denuncie.